

DEDICAÇÃO

Período de dedicação exclusiva ao recém-nascido pode também ocorrer em caso de adoção e beneficia casais homoafetivos, diz Biovane Ribeiro, autor da ação inédita acatada pelo STF

Dúvidas frequentes sobre a licença paternidade

» DIOGO ALBUQUERQUE*

O advogado Biovane Ribeiro, 37 anos, que defendeu a causa do servidor público Marco Antônio Alves Ribeiro, esclarece as dúvidas mais frequentes em relação à licença-paternidade.

Quantos dias são estabelecidos para a licença-paternidade?

Para ter direito à licença-paternidade de 20 dias, o pai precisa trabalhar em uma empresa inscrita no programa Empresa Cidadã do Governo Federal. Caso contrário, será concedida apenas a licença de 5 dias após o nascimento do bebê. A prorrogação da licença-paternidade é válida também no processo de adoção.

Pais podem ter licença de 120 dias? Quem tem direito?

Sim. O pai solo, ou seja, no caso de família monoparental, como ocorreu no processo julgado pelo STF, onde firmouse o TEMA 1.182 (possibilidade ou não de estender o benefício de salário maternidade, pelo prazo de 180 dias, ao pai solteiro servidor público), o pai, ausente a figura da mãe genitora, poderá pleitear o salário e a licença maternidade.

Em quais situações é garantido o direito à licença-paternidade?

A licença paternidade pode ocorrer no caso de nascimento, adoção e para casais homoafetivos.

A partir de quando essa licença começa a contar?

A licença paternidade inicia-se no primeiro dia útil após o nascimento da criança.

A licença-paternidade é diferente para os servidores públicos?

Não. Licença-paternidade é a licença de 5 dias concedida ao servidor em decorrência de nascimento ou adoção de filhos.

Arquivo pessoal



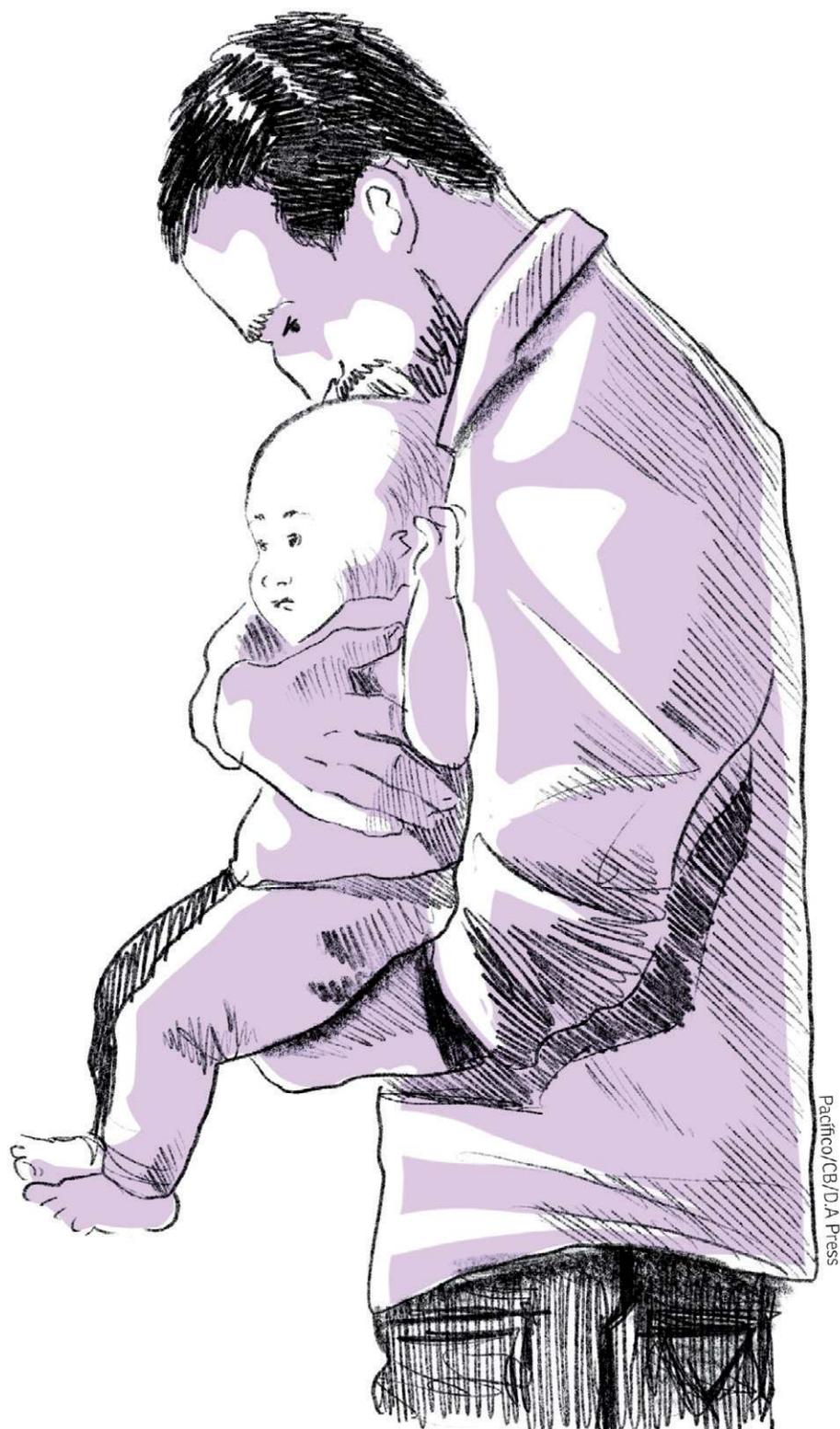
O advogado Biovane Ribeiro em seu escritório

A prorrogação é a extensão da referida licença por mais 15 dias ao servidor público que requeira o benefício no prazo de dois dias úteis após o nascimento ou a adoção, observando o programa Empresa Cidadã.

A licença de 180 dias aprovada pelo STF vale para todos os casos de pai solo ou somente para servidores públicos?

Entendemos que a licença e o salário de 180 dias aprovados no STF atingem não só o servidor público, mas todos os que estiverem vinculados a empresas inscritas no programa Empresa Cidadã. Aos demais trabalhadores, caberia o direito limitado a 120 dias.

*Estagiária sob a supervisão de Jäder Rezende



Pacífico/CB/D.A Press